



ACÓRDÃO Nº16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11815/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa – FVO.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Aly Jorge Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4834/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa – FVO. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa - **FVO**, exercício 2015 de responsabilidade do **Sr. Aly Jorge Almeida**, Diretor-Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr(a). Aly Jorge Almeida** no valor de **1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 pelas restrições 10 e 20 não sanadas deste Relatório/Voto;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Aly Jorge Almeida em caso de não recolhimento no prazo estabelecido, ficando, desde já, autorizada a DEREDE a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

10.4. Recomendar à Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa - Fvo que:

10.4.1. Adote as devidas providências em relação à regularização das informações destinadas ao sistema E-Contas;

10.4.2. Adote as devidas providências em relação à regularização da conta Bens Móveis;

10.4.3. Observe com o máximo rigor os princípios da boa administração;

10.4.4. Busque a eficiência na gestão dos recursos da entidade;

10.5. Dar ciência do Acórdão ao **Sr. Aly Jorge Almeida**.

10.6. Arquivar os autos nos termos regimentais, após a adoção das medidas acima.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Janeiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral